

UM OLHAR CRÍTICO A RESPEITO DO CONCEITO DE LIBERDADE NA REVISTA VISÃO (1980-1981)

A CRITICAL LOOK AT THE CONCEPT OF FREEDOM IN *VISÃO* MAGAZINE (1980- 1981)

Fernando Mendes Coelho

Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo: A revista *Visão* após 1974 direcionou sua linha ideológica para a defesa do livre mercado e dos valores da econômica liberal. Esta mudança de rumos ocorreu em virtude do seu novo proprietário, Henry Maksoud, ser adepto das ideias do economista Friedrich A. von Hayek, um dos principais teóricos do neoliberalismo. Neste contexto o artigo investiga como o conceito de liberdade é tratado nos editoriais da revista nos anos de 1980 e 1981. A decisão de analisar o conceito de liberdade é derivado da potencialidade que a palavra-chave tem na narrativa que forma a ideia de livre iniciativa dos sujeitos no campo econômico, sendo um dos aspectos centrais do pensamento neoliberal dos anos seguintes. O ponto central é tecer uma crítica à forma como o conceito é discutido por Henry Maksoud, pois a hipótese é que esconde na defesa da ideia de liberdade econômica o discurso hegemônico do capital privado. Diante do objeto de estudos, o artigo utiliza o conceito de hegemonia extraído de Antonio Gramsci para entender o posicionamento hegemônico de Henry Maksoud e a forma como ele usa sua revista para disseminar os anseios do empresariado nacional. São utilizados outros autores para refletir sobre ideologia e as interrelações das elites com o governo: István Mészáros; Andrew Heywood, John Kenneth Galbraith, entre outros.

Palavras-chave: Hegemonia; Henry Maksoud; Revista *Visão*.

Abstract: The magazine *Visão* after 1974 directed its ideological line to the defense of the free market and the values of liberal economics. This change of direction occurred due to its new owner, Henry Maksoud, being a supporter of the ideas of economist Friedrich A. von Hayek, one of the main theorists of neoliberalism. In this context, the article investigates how the concept of freedom is treated in the magazine's editorials in the 1980s and 1981s. The decision to analyze the concept of freedom is derived from the potential that the keyword has in the narrative that forms the idea of free enterprise of subjects in the economic field, being one of the central points of neoliberal thinking in the following years. The central point is to criticize the way the concept is discussed by Henry Maksoud, since the hypothesis is that the hegemonic discourse of private capital hides in the defense of the idea of economic freedom. In view of the object of study, the article uses the concept of hegemony extracted from Antonio Gramsci to understand the hegemonic position of Henry Maksoud and the way he uses his magazine to disseminate the desires of the national business community. Other authors are used to reflect on ideology and the interrelationships of elites with the government, I cite: István Mészáros; Andrew Heywood, John Kenneth Galbraith, among others.

Keywords: Hegemony; Henry Maksoud; *Visão* Magazine.

Introdução

A Revista *Visão* teve grande destaque na imprensa nacional como uma revista de negócios brasileira. Iniciou as suas atividades no ano de 1952, passando posteriormente pelas mãos do publicitário Said Farhat, até ser comprada por Henry Maksoud no ano de 1974. De acordo com o anuário “Quem é quem na economia”, edição especial da revista *Visão* na forma de um compilado dos principais acontecimentos econômicos do ano de 1971, a revista, no referido ano, possuía 90 mil assinantes, fora as edições vendidas em bancas de jornal em todo o país, denotando a grande circulação das edições em nível nacional aos leitores interessados na área de economia e negócios. Dez anos após, no período de 1980 e 1981, do qual se ocupa este artigo, não foi encontrado registro da vendagem da publicação, porém, eram revistas semanais robustas com 200 páginas em média, com muito material publicitário e espaço concedido a nomes expressivos do pensamento neoliberal brasileiro da época, como Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, para mencionar os mais expressivos.

A publicação sempre teve o viés liberal, voltado para os interesses do capital privado nacional. Colocava o empresário como principal motor para o desenvolvimento do país. Este posicionamento da Revista *Visão* pode ser observado pelos editoriais, matérias, entrevistas, fóruns e até pela publicidade veiculada nos exemplares. No entanto, é possível dividir a linha editorial de *Visão* em antes e depois de 1974. Qual seria o reposicionamento da publicação que não escondia as suas aproximações com o empresariado brasileiro?

Henry Maksoud, ao comprar a revista, adotou como posicionamento ideológico estabelecer a aproximação com as ideias do economista austríaco Friedrich A. von Hayek. Hayek foi um defensor fervoroso do livre mercado e da retirada do Estado da economia. O liberalismo equilibrado de outrora foi substituído pelo ferrenho combate ao intervencionismo estatal. Ao adotar o pensamento de Hayek como baliza para a escrita dos seus editoriais e matérias jornalísticas, a Revista *Visão*, após 1974, firmou-se como um dos principais meios de difusão da ideologia neoliberal no Brasil. É preciso efetuar algumas ressalvas. Henry Maksoud não produzia uma nova narrativa, apenas repetia as principais conclusões de Hayek. Eram comuns nos seus textos temas como a privatização das empresas estatais, críticas aos sindicatos, desaprovação de gastos do

governo com questões sociais, contra a regulação econômica e cobrança de impostos aos empresários. Além de outros temas, discorre sobre um modelo de democracia limitada, chamada por Hayek de demarquia.

Cito esta quantidade expressiva de assuntos sobre os quais Henry Maksoud escrevia para o leitor deste artigo visualizar as possibilidades de imersão nos temas polêmicos abordados pela fonte que proponho analisar. Diante de tantas possibilidades, escolhi neste artigo falar sobre um conceito central nas argumentações dos editoriais de Henry Maksoud, sendo a proposta de “liberdade” defendida pelo proprietário da publicação. Utilizo como fonte um compilado de editoriais organizados por Henry Maksoud na forma de livro, intitulado *Ensaio sobre a liberdade* (1981). São editoriais publicados na Revista *Visão* entre os anos de 1980 e 1981. Através desta fonte reflito sobre como o conceito de “liberdade” defendido pela revista está ancorado na ideologia de um liberalismo extremado por meio das ideias de Friedrich A. von Hayek. Na escolha de abordar apenas os artigos de Henry Maksoud, deixo de me aprofundar em outros temas abordados na revista, como os fóruns, publicidade, matérias especiais, colunas de jornalistas e economistas. Destaco que no material em que me debruço ficarei restrito aos editoriais de Henry Maksoud selecionados pelo próprio escritor entre os anos 1980 e 1981. Uma observação metodológica deve ser ressaltada, pois, quando falamos sobre ideologia neoliberal, temos um objeto muito mais complexo, considerando que diversas correntes de autores contribuem com o pensamento neoliberal. Posso citar a Escola Austríaca onde Hayek está incluído, o monetarismo da Escola de Chicago que teve como principal expoente Milton Friedman e o ordoliberalismo alemão. Cito apenas três das principais correntes nas quais os discursos neoliberais do começo dos anos 1980 se amparavam, não discorrendo sobre o crescimento do movimento neoliberal de toda a década de 1980 e 1990. A conversão da ideologia neoliberal em ações políticas nos anos 1990 com o desmonte dos Estados de Bem-Estar Social dos países centrais do capitalismo e a espoliação dos países periféricos, como o Brasil, também não serão analisados.

Realizadas as considerações iniciais, na próxima seção discorro sobre a figura de Henry Maksoud e o seu posicionamento ideológico, para posteriormente avançar sobre o conceito de liberdade para a linha editorial da Revista *Visão* e a suposta defesa da “liberdade de iniciativa” como uma das maiores realizações do ser humano. Trabalhando essas questões cerco o objeto de estudos com a reflexão sobre a ideologia da revista misturada com a do seu proprietário, e elucidado

como está estruturado o conceito de liberdade para a revista. Por meio desta discussão é possível ao final do artigo estabelecer um parâmetro para a crítica ao pensamento de Henry Maksoud.

Henry Maksoud e a sua linha ideológica

O pensamento de Henry Maksoud e a Revista *Visão* se confundem após 1974. Para elaborar o enquadramento ideológico do empresário, apresento inicialmente a sua trajetória biográfica:

O empresário e estudioso de filosofia política Henry Maksoud nasceu em 1929, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul. Graduiu-se em Engenharia Civil e Engenharia Elétrica em 1951 pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, e obteve o grau de Master of Science em Mecânica dos Fluidos e Engenharia Hidráulica em 1953, pela Universidade de Iowa, nos Estados Unidos. Em 1958 fundou a Hidroservice — Engenharia de Projetos Ltda., que se tornou uma das maiores empresas de engenharia consultiva de todo o mundo. Desde 1974, Henry Maksoud é também proprietário e presidente do grupo jornalístico *Visão*, que, além de outros títulos, publica *VISÃO*, uma das mais importantes revistas semanais do Brasil. Mesmo sendo o cabeça de diversas empresas nos setores de engenharia, jornalismo, hotelaria, indústria e agropecuária, Maksoud dedica parte substancial do seu tempo ao estudo da filosofia, da política e da economia, difundindo os seus conhecimentos e experiência nesses campos através de ensaios, artigos, conferências e palestras (MAKSOUND, 1981, contracapa).

A breve apresentação pode ser dividida em três partes. Na primeira a trajetória acadêmica de Maksoud, com a sua formação na área de Engenharia Civil e Elétrica, passando pelo seu mestrado na Universidade de Iowa. Sequencialmente, a segunda parte discorre sobre a sua atuação nos negócios, bem diversificada. Foi bem-sucedido com a Hidroservice, aplicando o seu conhecimento teórico na área dos negócios e fundando uma grande empresa que inclusive se colocava à disposição do governo para atuar em obras públicas. Em paralelo com a Hidroservice, atuava no setor de serviços com a hotelaria e o jornalismo, na indústria e na agropecuária. A sua atividade empresarial abarcava empresas nos três setores da economia. Finalmente, a terceira parte da biografia de Maksoud é a que mais se descola das duas anteriores. Se a formação acadêmica do empresário tinha relação com os seus negócios, a sua aventura no ramo da ciência política e economia destoava, a não ser pelo fato de que nas suas narrativas, Maksoud defendia os empresários acima do Estado e dos trabalhadores.

Efetuada essas considerações iniciais, é possível afirmar um posicionamento ideológico alinhado com o neoliberalismo, ainda em fase de consolidação, mas é preciso realizar algumas

restrições. No início dos anos 1980 teoricamente a doutrina neoliberal já estava bem amadurecida, e na ação política alguns exemplos de atuação em países periféricos como no Chile de Augusto Pinochet foram aplicados. Nos países centrais do capitalismo o neoliberalismo operava na Grã-Bretanha de Margareth Thatcher e iniciando no governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos. No Brasil o clima era de reabertura política e desestatização, e por trás da sua defesa ideológica em prol do livre mercado e da livre atividade empresarial, Maksoud parecia ter motivos mais pragmáticos ao propor um modelo de sociedade que beneficiava os seus negócios.

O meu objetivo na continuidade desta seção é analisar posicionamento ideológico de Henry Maksoud, apontando as suas contradições, demonstrando que provavelmente estava mais preocupado com decisões pragmáticas que favorecessem os seus negócios do que no alcance do bem-estar geral com a aplicação do livre mercado. No caso de Henry Maksoud é possível inferir o conceito teórico de hegemonia se interligando com a sua ideologia neoliberal. A defesa do neoliberalismo parece ser a roupagem perfeita que esconde na prática os interesses pragmáticos do capital privado em manter as suas hegemonias. Sobre hegemonia e a interrelação com o pensamento neoliberal é primordial buscar como referência a conceituação de hegemonia de Antonio Gramsci e a discussão sobre neoliberalismo em Andrew Heywood. Para Gramsci:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, p. 48).

A hegemonia tem papel central para manutenção dos poderes econômicos instituídos. É fundamental considerar que a hegemonia transcende os limites econômicos, pois é inserida nas decisões políticas e culturais, assumindo uma perspectiva mais ampla; no entanto, uma das principais formas de manutenção das hegemonias está na acumulação de capital por parte do capital privado. Henry Maksoud é um exemplo de figura hegemônica que está buscando perpetuar o crescimento do seu conglomerado de empresas ao defender a ideologia neoliberal. A retirada do Estado da economia é apenas uma desculpa para ampliar os seus negócios em áreas que segundo ele o poder estatal não possui competência para atuar. Citando ainda a empresa Hidroservice, uma

das interpretações que é possível extrair é a de que, ao inibir a atuação do governo no desenvolvimento de soluções hídras para o Nordeste, a solução seria transferir a atuação do Estado para a iniciativa privada para o desenvolvimento da região. Uma troca entre capital estatal e capital privado, privilegiando as elites econômicas capitalistas. O que quero evidenciar é que, por trás da ideologia econômica dos grupos hegemônicos, que projetam a sociedade mais próspera para todos a partir do livre mercado e da saída do governo da economia, se esconde o interesse pragmático de manutenção e crescimento dos dominantes.

Na interpretação de Andrew Heywood, o pensamento de Henry Maksoud se aproxima com a categorização de nova direita liberal:

A nova direita liberal foi um produto do fim do “longo boom” pós-1945, que afastou o pensamento econômico do keynesianismo e despertou mais uma vez o interesse pelas antigas ideias do livre mercado. Os aspectos liberais do pensamento da nova direita apoiam-se mais no liberalismo clássico, e em particular no neoliberalismo, do que no liberalismo moderno. Equivalem a uma reafirmação dos argumentos a favor de um Estado mínimo. Essa ideia foi resumida em: “privado, bom; público ruim”. A nova direita liberal é contra o estatismo. O Estado é considerado uma esfera de coerção e ausência de liberdade: o coletivismo restringe a iniciativa individual e destrói a dignidade. O governo, ainda que bem-intencionado, exerce um invariável efeito prejudicial sobre os assuntos humanos (HEYWOOD, 2010, p. 97).

A defesa ideológica de Henry Maksoud pode ser resumida através de um trecho da citação, sendo justamente o mantra do: “privado, bom; público ruim”. Além, é claro, do posicionamento em favor do Estado mínimo. A passagem do Estado para a iniciativa privada prevê o projeto de mudança estrutural da economia brasileira, onde a redução da estatização garantiria novos mercados para as hegemonias econômicas. Na discussão sobre ideologia desenvolvida por István Mészáros é possível entender melhor estas relações:

O que nos interessa diretamente é o papel específico da ideologia nesse processo de ajustamentos estruturais, pois a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não pode ocorrer sem a mais ativa intervenção de poderosos fatores ideológicos, paralelamente à manutenção da ordem vigente. É claro que a ideologia tem interesse patente na preservação do *status quo*, na qual inclusive as mais clamorosas desigualdades já estão “estruturalmente” entrenchadas e protegidas (MÉSZÁROS, 1993, p.9)

Alguns pontos são centrais na citação de Mészáros. O primeiro quando ele fala no processo de ajustamentos estruturais, os quais direcionariam a favor do capital privado. O segundo ponto

reside na preservação do *status quo*, que nada mais é do que blindar os interesses hegemônicos das investidas das classes dominadas. Por isto, muitas vezes a expansão da democracia não interessa para as hegemônias, explicando a preferência pelo alinhamento com ideologias de direita, sobretudo com as que Andrew Heywood coloca como direitas liberais. Para manutenção das hegemônias em que Henry Maksoud faz parte e defende ferrenhamente, estão desigualdades sociais que fazem parte da estrutura, e sem essas desigualdades as hegemônias não conseguiriam se sustentar. Defender uma ideologia que naturaliza as desigualdades, colocando o destino dos dominados como resultado das suas escolhas e habilidades parece ser uma boa desculpa para manter as diferenças entre dominantes e dominados. A liberdade é a palavra mágica, ou seja, com liberdade de empreender ou criar, os dominados poderiam aspirar alcançar a hegemonia, e a hegemonia no que lhe concerne, justifica a sua posição, pois, “são merecedores e competentes” para estarem onde estão. A ideologia neoliberal casa com a narrativa da liberdade dos sujeitos de buscarem o seu sucesso econômico, enquanto permite aos hegemônicos consolidarem ideologicamente os seus privilégios, sendo inclusive admirados por sua capacidade empresarial pelos dominados.

O conceito de “liberdade” para a linha editorial da Revista Visão

Nesta seção discuto o conceito de liberdade defendido por Maksoud através do seu editorial da Revista *Visão*. A relação com as ideias de Friedrich A. von Hayek é direta, e para evidenciar esta questão apresento o conceito de liberdade defendido pelo economista austríaco antes de adentrar na fonte da Revista *Visão*.

O estado no qual o homem não está sujeito à coerção pela vontade arbitrária de outrem é frequentemente chamado de liberdade "individual" ou "pessoal" e, sempre que quisermos lembrar ao leitor que é exatamente neste sentido que estamos empregando a palavra "liberdade", usaremos a expressão "liberdade individual". O termo "liberdade civil" costuma ser usado no mesmo sentido, mas procuraremos não empregá-lo, por ser possível confundi-lo com o que se denomina "liberdade política" – uma confusão praticamente inevitável, gerada pelo fato de que "civil" e "política" derivam, respectivamente, de palavras latina e grega com o mesmo significado (HAYEK, 1983, p.4).

O primeiro elemento do conceito de liberdade para Hayek é a liberdade individual. Na continuidade da discussão Hayek aprofunda as suas ideias:

Essa definição provisória do significado da palavra "liberdade" já permite descrever um estado do qual o homem em sociedade espera aproximar-se, mas que dificilmente pode aspirar a realizar com perfeição. A tarefa de uma política de liberdade deve consistir, portanto, em minimizar a coerção ou seus efeitos negativos, ainda que não possa eliminá-la completamente (HAYEK, 1983, p.5).

No trecho Hayek fala da impossibilidade de alcançar um “estado puro” de liberdade, mas que deve ser perseguida pelos homens. Nesta passagem o economista fala em minimizar a coerção ou os seus efeitos negativos. Desta forma, o conceito discute o termo da liberdade individual e as forças de coerção que restringem a liberdade. A questão ainda não está bem definida, e Hayek continua a construir o seu conceito:

A liberdade ou a falta de liberdade dos indivíduos não depende da gama de escolhas, mas da possibilidade de determinar sua conduta de acordo com suas pretensões correntes, ou da existência de alguém cujo poder lhe permite manipular as condições de modo a impor àqueles a sua vontade. Assim, liberdade pressupõe que o indivíduo tenha assegurada uma esfera privada, que exista certo conjunto de circunstâncias no qual outros não possam interferir (HAYEK, 1983, p.6).

A dimensão privada é o imperativo do conceito de Hayek, é no íntimo do sujeito que as escolhas nascem e a liberdade de atingir as suas expectativas floresce. A liberdade é uma relação de poder em que pressões externas cercam ou direcionam as decisões das pessoas, minimizando o potencial das suas decisões. Neste ponto é construída a noção de que o maior limitador da liberdade é o governo, ou a intervenção do governo nas escolhas das pessoas. Resumindo a relação é a seguinte: a maior liberdade é a individual, porém existem forças externas que limam as decisões e escolhas das pessoas, assim é construída a retórica do poder estatal como limitador das decisões. Naturalmente, a complexidade da construção da liberdade em Hayek é maior, mas resumi as relações para ser mais objetiva a aproximação do pensamento do economista com o conceito de liberdade exposto nos editoriais da Revista *Visão*.

Pelo lado da revista *Visão*, em editorial publicado em 17 de março de 1980, Henry Maksoud deixa evidente o posicionamento político do veículo:

Em setembro de 1974, quando adquiri a empresa, falei da meta de retorno à frequência semanal da revista *VISÃO*, que agora se concretiza, ao mesmo tempo, em que afirmo seu novo posicionamento político, e conclamei todos os diretores, editores e redatores da revista no sentido de agudizar a forma de tratar e interpretar os fenômenos da realidade brasileira (MAKSOD, 1981, p.14).

Havia explicitamente um alinhamento de toda a equipe da revista *Visão* com a vertente ideológica do seu proprietário. Maksoud define no mesmo editorial qual linha de pensamento segue:

Resolvemos àquela época engajar a *VISÃO* numa filosofia próxima ao liberalismo clássico, e posteriormente propusemos um novo regime político, evolução desse, porque o clima era, como ainda continua sendo, amplamente antilibertário, antiindivíduo, a despeito de todas as falas bonitas sobre “liberdades democráticas”, “justiças sociais” e “distribuição social da riqueza” que sempre culminaram com mais e mais proposições de controles estatais e taxaço sobre o homem e seus afazeres e menos responsabilidade de cada um quanto ao seu destino; e com mais e mais propostas coletivistas irrealizáveis, denominadas demagógicamente “direitos humanos”, e menos e menos liberdade para a pessoa humana como ser individual (MAKSOU, 1981, p. 14).

Henry Maksoud assume uma postura antiestatal e anticoletivista, com a desculpa de que está se alinhado a uma filosofia próxima ao liberalismo clássico. Como liberalismo clássico entendemos as escolas econômicas oriundas do pensamento de Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, Jeremy Bentham; e o próprio Karl Marx como o principal crítico dos liberais clássicos. E.K Hunt define as origens da escola com a seguinte preocupação teórica:

Das ideias dos capitalistas sobre a natureza da humanidade e suas necessidades de serem livres das grandes restrições econômicas é que nasceu a filosofia do individualismo, que serviu de base para o liberalismo clássico. Contra a visão bem ordenada e paternalista que a Europa tinha herdado da sociedade feudal, eles sustentavam “a ideia de que o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre – deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta de massa social, e não ficar perdido nela” (HUNT, 2013, p.63).

As ideias do liberalismo clássico parecem se encaixar com as preocupações de Henry Maksoud, mas é preciso se atentar a alguns detalhes. A filosofia econômica baseada principalmente em Adam Smith é fruto do seu tempo histórico, isto é, século XVIII. Quando Smith escreveu *A Riqueza das Nações* em 1776, o Ocidente estava se estruturando no modelo de produção da Revolução Industrial Inglesa, fazendo a teoria de Smith surgir a partir da transformação do mercantilismo em capitalismo. Este processo marca a passagem do controle dos Estados Nacionais Modernos ainda com influências do final da Idade Média, para um sistema econômico onde o capital privado assume o poder de transformação da sociedade. É um momento histórico de profundas transformações econômicas, diferenciando do capitalismo do século XX, e principalmente do capitalismo brasileiro de 1981, quando Maksoud escreveu o editorial. Esta

contextualização serviu para questionar a filiação da revista *Visão* no dito liberalismo clássico defendido por Maksoud. Maksoud está falando de dimensões muito diferentes sem dar a devida explicação para a aparente anacronia de adotar o liberalismo clássico para analisar a realidade brasileira. Colaborando com minhas impressões a respeito da imprecisão de Maksoud ao usar o conceito de liberalismo clássico, Pierre Dardot e Christian Laval expõem as distinções do liberalismo clássico em relação ao pensamento neoliberal com base em Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises:

Obviamente, o ponto comum com o liberalismo clássico é ainda a exigência de que se justifique a limitação do Estado em nome do mercado, sublinhando o papel da liberdade econômica na eficácia da máquina econômica e no prosseguimento do processo de mercado. Daí certa confusão que leva a entender que Mises ou Hayek são apenas fantasmas do velho liberalismo manchesteriano (DARDOT & LAVAL, 2016, p.134).

A citação aponta que a aproximação entre o pensamento neoliberal e o liberalismo clássico é a limitação do Estado em nome do mercado, relação que não se sustenta com o aprofundamento no conhecimento desenvolvido pelos clássicos que pensavam questões mais amplas. Concordo que a direita liberal parte dos pressupostos básicos do liberalismo clássico, como a adoção do livre mercado e a retirada do governo das decisões econômicas, porém, não é apenas isso que torna a direita liberal de Henry Maksoud herdeira do liberalismo clássico.

Na sequência do trecho do editorial Henry Maksoud critica as políticas de bem-estar social e os discursos de igualdade sociais pautados nas discussões de reabertura política pró-democracia. Para Maksoud os discursos voltados para a justiça social e distribuição da riqueza escondem interesses estatizantes, que segundo ele, são antiindivíduo e antilibertário. Esses interesses são amparados em ideologias coletivistas que limitam a liberdade do indivíduo. A narrativa defendida por Henry Maksoud aproxima-se do conceito de liberdade tecido por Hayek, em que os valores da liberdade estão amparados na individualidade acima da coletividade, e na intervenção governamental como principal limitadora da liberdade.

Na continuidade do editorial, Maksoud aprofunda o compromisso da revista *Visão* de discutir a liberdade do indivíduo:

A bandeira de *VISÃO* tem sido, pois, a de valorizar a liberdade do indivíduo e de se mostrar sensível aos perigos inerentes a todas as formas absolutas de poder e de autoridade. Dentro dessa linha a ênfase é colocada na possibilidade integral de ação individual como condição

da vida em sociedade, de que derivam todos aqueles usos da liberdade que, seja no campo das ideias, seja no dos negócios, permitem a cada um de nós ter capacidade de iniciativa, de crítica, de escolha e de decisão. Numa época em que se fala tanto na autodeterminação dos povos, afirmamos que antes de tudo é imprescindível a autodeterminação do indivíduo (MAKSOU, 1981, p.15).

A liberdade individual referenciada por Maksoud é voltada para a esfera econômica. Tanto que o editorial coloca ênfase nas decisões do indivíduo voltadas para os negócios, ou seja, a capacidade de iniciativa está ligada ao potencial empreendedor das decisões no campo empresarial. O trecho parece encorajar as pessoas em geral para buscar seu sucesso econômico através da iniciativa e da capacidade pessoal no campo criativo, inventando possibilidades e explorando mercados em expansão. Maksoud não cita as dificuldades para a entrada, manutenção e crescimento do empreendedor, que tem como fator primordial do volume de capital investido. A narrativa da livre iniciativa e do empreendedorismo esbarra no elemento que sustenta as hegemonias econômicas, sendo a concentração de capital e o volume de recursos investidos no mercado. O que seria mais limitante para a entrada de novos concorrentes no mercado capitalista? A intervenção do Estado ou o capital concentrado nas grandes empresas? Maksoud aponta para um lado, mas esconde o outro. Deixando o “indivíduo livre” exposto à aridez do livre mercado para aqueles que não dispõem de capitais e investimentos financeiros. Em *O Neoliberalismo: história e implicações*, David Harvey realiza uma importante observação a respeito o papel da liberdade individual para o pensamento neoliberal:

As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tornando-os como “valores centrais da civilização”. Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores, sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos (HARVEY, 2014, p.15).

O autor coloca o discurso da liberdade individual como convincente e sedutor. Incute nas pessoas a ideia de que elas são limitadas pelo poder estatal, e por isso não conseguem alcançar maior sucesso econômico. Este posicionamento acaba sendo aceito principalmente por parcelas da classe média, base da direita liberal. Entretanto, apoiar a retirada do Estado das suas funções sociais, previdenciárias e de regulação trabalhista acaba entregando as pessoas a todos os riscos do

mercado, ficando abandonadas se suas investidas forem infrutíferas. A filosofia de liberdade individual defendida pela revista *Visão* desampara o sujeito ao invés de o direcionar para a liberdade plena, retira todas as suas garantias de sobrevivência oferecidas pelo Estado.

Vale ressaltar que Maksoud é apenas um divulgador de ideias, e claro, um grande empresário, sua influência é maior devido ao seu poder econômico e não ao poder de suas ideias. O que Maksoud conduz na revista *Visão* é divulgar o pensamento liberal com base em Hayek, mas se o empresário não fosse proprietário da revista não teria suas ideias vinculadas em uma publicação de circulação nacional. Desta forma, o pensamento de Maksoud carece de originalidade, até porque existiam teóricos brasileiros do liberalismo com envergadura intelectual incomparável à Henry Maksoud, em que posso citar Eugênio Gudin, Octávio Gouvêia de Bulhões e Roberto Campos, entre outros. Sobre a capacidade de Maksoud ser um efetivo influenciador da economia com um projeto de sociedade aplicável e chamado neoliberal já no início dos anos 1980, é improvável. Por isso acredito que Gervasio César Junior, em importante texto chamado *Organização do projeto neoliberal nos anos 1970: revista Visão e sua ação orgânica partidária*, apesar de tocar em pontos importantes, superestima as capacidades de Henry Maksoud em ser o responsável por um projeto neoliberal para o Brasil através da revista *Visão*:

Esta grande inserção da editora *Visão* pode ser interpretada da seguinte forma: A editora *Visão*, empresa da qual faz parte a revista *Visão*, atuava no sentido de formular um projeto neoliberal que viesse a se tornar mais tarde um programa para a sociedade brasileira, mas seu principal foco de ação parece-nos ser a organização da classe burguesa em torno do projeto que viria a se consolidar no neoliberalismo. É por isso que temos uma tamanha inserção da editora *Visão* nos mais variados assuntos, dos mais variados setores (CEZAR JUNIOR, 2010, p.4).

Nestas inserções em diversos campos editoriais, apesar de Maksoud acreditar em sua ideologia, o interesse está mais em uma estrutura que proteja sua hegemonia ao invés de um modelo de sociedade que colocaria sua hegemonia em risco através da “liberdade” do livre mercado. O olhar está para dentro do grupo hegemônico, e não para fora. Apesar de ser uma citação de uma situação recuada no tempo do recorte deste artigo, utilizo-a como ferramenta para questionar o combate de Henry Maksoud ao intervencionismo estatal na economia através de uma passagem da autobiografia de Celso Furtado. Na obra *A Fantasia Desfeita*, Celso Furtado relata um encontro com Henry Maksoud no começo dos anos 1960:

Certa vez, sentou-se a meu lado um cidadão que me abordou diretamente: “Tomei este avião para ter a oportunidade de trocar algumas palavras com o senhor, que sei ser pessoa muito ocupada”. Continuou sem inibições, enquanto eu recolhia os papéis que havia escolhido para bem utilizar o tempo de voo: “Eu devo ser, no Brasil, a única pessoa — disse — especializada em recursos de água que aborda na globalidade o ciclo hídrico. Especializei-me nos Estados Unidos. No Nordeste, o problema da água deve ser tratado com essa visão global. Vou deixar com o senhor alguns textos meus, para que os leia quando tiver tempo. Perdoe-me a intrusão. Era o que tinha a dizer”. Calou-se. Guardei os textos que me deu e voltei às minhas leituras de rotina. Poucos dias depois, mandei chamar o cavalheiro e disse-lhe que necessitava dele para iniciar a programação da utilização sistemática dos recursos hídricos do Nordeste, e queria partir de um levantamento do que se sabia sobre a matéria. Contratei-o para a tarefa. No prazo estipulado, ele apresentou um relatório, em realidade um plano para pôr em prática uma política hidrológica. Pensei em contratá-lo para prosseguir com o trabalho na qualidade de diretor do serviço pertinente. Ele se escusou polidamente e me informou que pretendia criar uma empresa, a qual estaria à minha disposição para levar adiante tarefas específicas no campo de aproveitamento de recursos de água. De início, fiquei decepcionado, mas logo compreendi que era importante que surgissem empresas especializadas naquele setor, das quais pudéssemos lançar mão. No caso, tratava-se do engenheiro Henry Maksoud (FURTADO, 1997, p.136-137).

Interpreto a iniciativa de Henry Maksoud ao se aproximar de Celso Furtado como uma contradição enquanto propõe ao economista uma solução envolvendo uma relação público-privada entre o órgão estatal da SUDENE e a empresa que fundava. A ideia de Maksoud era uma solução onde o seu poder econômico invertia a lógica da livre concorrência, pois, ao acertar diretamente com o superintendente do órgão federal posicionou-se como um monopolista. O seu discurso também reflete um interesse hegemônico para capitalização da sua empresa prestando serviços ao governo. A coerência de Henry Maksoud ao defender a sua ideologia deveria ser de questionar a capacidade de a SUDENE de desenvolver o Nordeste brasileiro, e não dispor dos seus serviços através de uma relação simbiótica com a organização. A respeito da ideia de simbiose entre os interesses privados de Henry Maksoud e o posicionamento de decisão governamental de Celso Furtado, destaco a concepção de Simbiose Burocrática do economista canadense John Kenneth Galbraith e a capacidade das grandes empresas de influenciar as decisões econômicas:

Quanto maior for a firma, tanto maior será na sua indústria. Tanto maior, portanto, será a sua influência na fixação dos preços e dos custos. E tanto maior, de modo geral, será a sua influência sobre os consumidores, a comunidade e o Estado — tanto maior, em resumo, será a sua capacidade de influenciar, isto é, de planificar o meio (GALBRAITH, 1975, p.41).

[...]

Haverá uma tendência semelhante para o apoio recíproco todas às vezes que se justapuserem intimamente uma estrutura técnica e uma burocracia pública. Tal é a relação entre a Comissão de Energia Atômica e as suas indústrias fornecedoras. Tal é a relação,

no que concerne às estradas, entre o Departamento de Transportes e a indústria automobilística. Mesmo quando há uma relação presumivelmente de oposição entre a burocracia pública e a burocracia privada, como entre a Comissão Federal de Comunicações e as redes de Rádio e Televisão, o apoio recíproco é possível. Essa tendência manifestada pelas organizações públicas e privadas no sentido de encontrar e perseguir um propósito comum é tão importante que justifica um nome. Podemos chamá-lo Simbiose Burocrática (GALBRAITH, 1975, p.150).

As conclusões de Galbraith se encaixam com a atitude de Maksoud ao tentar firmar um acordo entre a sua empresa e o Estado. Ou seja, o comportamento adotado por Maksoud visava planificar o meio em que a sua empresa estava buscando se inserir. É um processo utilizado pelas grandes empresas que dispõem de expressivo poder de mercado ao acertarem os seus interesses através da influência que possuem em relação ao Estado. Esta atitude é contrária ao liberalismo que previa na concorrência a soberania do consumidor, neste caso o consumidor seria o governo que contrataria os serviços das empresas que apresentassem soluções para os problemas do Estado. O que parece é que Henry Maksoud buscou uma posição de única empresa a prestar o serviço de soluções hídricas, tentando se firmar como um monopólio de atuação no Nordeste. A contradição entre o seu pensamento e a sua ação encontram-se na berlinda, pois, defendia um modelo ideológico que ele não praticava, por trás do discurso econômico estava o seu interesse pragmático vinculado à busca de perpetuação da sua hegemonia econômica.

As aproximações anteriores de Maksoud com Celso Furtado e a possibilidade de sua empresa Hidroservice prestar serviços para a SUDENE demonstram que, se for lucrativo, o empresário fecharia acordos com o governo, contrariando as bases de sua ideologia. O trabalho de Gervásio César Junior é muito elucidativo e bem aprofundado para compreendermos o pensamento da linha editorial de *Visão*, mas insisto, ele superestima a natureza panfletária do pensamento de Henry Maksoud.

Essa observação elencando o trabalho de Gervásio César Junior e a passagem da autobiografia de Celso Furtado servem para compreendermos que o ideário da revista *Visão* defende um conceito de liberdade voltado para dentro da hegemonia e não para a sociedade. Quando Maksoud fala em liberdade ele está pensando em liberdade de empreendimento para seus pares, e não para o sujeito. Considerando esta breve conclusão, encerro esta seção com a proposta de um aprofundamento maior na próxima a respeito do conceito ampliado de “liberdade de

iniciativa”, isto é, como a revista opera este conceito e como ele pode ser aplicado aos interesses hegemônicos do capital privado.

A defesa da “liberdade de iniciativa”

A última parte do artigo concentra-se na forma com que o conceito de “liberdade de iniciativa” foi introduzido na revista *Visão*. O objetivo é aprofundar a noção de liberdade defendida por Henry Maksoud, em que predomina a liberdade econômica acima da liberdade democrática. É colocada a liberdade econômica como a principal forma de liberdade, culminando com um discurso estruturado no pensamento de Friedrich A. von Hayek. Em *O caminho da servidão*, Hayek expõe a seguinte questão:

A liberdade econômica que constitui requisito prévio de qualquer outra liberdade não pode ser aquela que nos libera dos cuidados econômicos, segundo nos prometem os socialistas, e que só se pode obter eximindo o indivíduo ao mesmo tempo da necessidade e do poder de escolha; deve ser a liberdade de ação econômica que, junto com o direito de escolher, também acarreta inevitavelmente os riscos e a responsabilidade inerentes a esse direito (HAYEK, 1994, p.107).

O ponto central na citação de Hayek é a afirmação que a liberdade econômica constitui requisito prévio para qualquer outra liberdade. No contexto do trecho, Hayek está criticando a noção de liberdade para os socialistas, que segundo ele, eximia as pessoas das escolhas econômicas, ao contrário do conceito para Hayek, onde as escolhas dos indivíduos são diretamente relacionadas com suas motivações econômicas. A economia é o meio onde as pessoas obtêm recursos para conquistar bens ou serviços e assim garantir o acesso à liberdade de usufruir de um amplo conjunto de benesses que o capitalismo pode proporcionar.

Ao iniciar a seção com a passagem de Hayek, ligo mais uma vez a influência que o economista austríaco teve sobre os editoriais de Henry Maksoud, e conseqüentemente sobre a construção da ideia de “liberdade de iniciativa” para a revista *Visão*. Em editorial publicado em 26 de maio de 1980, Maksoud aborda o surgimento do conceito na “história da civilização mundial”:

A história do desenvolvimento da civilização mostra claramente que a liberdade individual só passou a ter existência consistente quando e onde ficou bem caracterizada a separação entre as fontes geradoras de riqueza e o poder. O surgimento e a afirmação de instituições políticas na história da humanidade mostram que o primeiro requisito para a existência de instituições livres é ter fontes econômicas bem distintas do governo; quanto mais fontes

de riqueza e quanto mais independentes estiverem do poder, tanto mais livres, mais fortes e mais estáveis serão as instituições (MAKSOU, 1981, p. 24).

Maksoud simplifica a complexidade das interpretações históricas, sobretudo nas de longo prazo, afirmando que o desenvolvimento da civilização mostra “claramente” que a liberdade individual só teve existência quando ocorreu a separação entre as fontes geradoras de riqueza e poder. Destaco a palavra “claramente”, pois é no mínimo controverso em história a afirmação de tal magnitude. Antes do desenvolvimento do capitalismo, os sistemas econômicos eram diferenciados, normalmente o poder político e militar concentrava as riquezas de uma determinada civilização. No entanto, o capitalismo mudou essa estrutura, as camadas burguesas acumularam riquezas após o final da Idade Média, mudando o eixo do poder econômico, até atingir seu ápice com a ascensão do modelo capitalista. Algumas leituras conhecidas aprofundam-se nesse processo de mudança do sistema feudal para o de acumulação capitalista, em que posso citar trabalhos clássicos no marxismo, como *História da Riqueza do Homem* (1976), de autoria de Leo Huberman e *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo* (1977), obra que foi organizada por Maurice Dobb. Não me aprofundarei nessas questões da passagem do poder do Estado para as camadas burguesas, pois não cabe neste artigo, apenas indico as leituras acima citadas.

Em outro editorial, desta vez datado de 9 de junho de 1980, Maksoud volta a afirmar que só existe uma liberdade, a individual:

Embora somente exista uma liberdade, a individual, são muitos os usos que se lhe pode dar. Um desses usos é o da chamada “liberdade de iniciativa”, que se refere à iniciativa pessoal livre, desimpedida e espontânea, sujeita apenas à Lei (MAKSOU, 1981, p.25).

O enfoque dado na “liberdade de iniciativa” continua:

Existe o sério engano de que a liberdade de iniciativa (que também pode ser referida como liberdade de ação) seja um uso da liberdade que diz respeito apenas ao empresário e não ao trabalhador; que só afeta as pessoas que atuam no setor privado, não importando aos que lidam no setor público; que favorece ao empregador mas que pouco toca ao empregado; que se refere aos homens de negócios e não tem importância para os intelectuais e políticos; que só ajuda as empresas e não tem relação com os indivíduos; que só convém aos leigos e aos materialistas e não importa aos religiosos e aos pensadores; e que traz proveito aos civis mas não interessa aos militares (MAKSOU, 1981, p.25).

Henry Maksoud percebe as contradições de como o conceito de “liberdade de iniciativa” afeta a confiabilidade das classes dominadas. Desconstrói a ideia de que o conceito serve apenas

para os grupos hegemônicos da sociedade argumentando que a “liberdade de iniciativa” também pode ser para pessoas que trabalham no setor público, para os empregados, para intelectuais, para políticos, religiosos, etc. A estratégia narrativa modifica a percepção de mundo dos dominados, ludibriando-os com a perspectiva que a “liberdade de iniciativa” é um elemento de mudança de suas condições sociais e econômicas. Na continuidade do editorial, Maksoud amplia a “liberdade de iniciativa” para além do domínio econômico:

Acontece, porém, que o conceito de liberdade de iniciativa é muito mais amplo do que o de ser apenas uma “liberdade econômica”. A liberdade de iniciativa pressupõe o direito à propriedade e compreende uma vasta gama de direitos que interessam indistintamente a todos os indivíduos, destacando-se a liberdade de empreendimento, a liberdade de filiação ou não-filiação a associações, ligas ou sindicatos, a liberdade de escolha da profissão e do trabalho e a liberdade de escolha e decisão quanto ao investimento, à poupança ou ao consumo dos recursos gerados pelas atividades profissionais e empresariais ou pelo trabalho assalariado (MAKSOU, 1981, p. 26).

Existe uma tentativa de descolar o conceito de “liberdade de iniciativa” da ideia de “liberdade econômica”, todavia, Maksoud não obtém sucesso no desenvolvimento de seu argumento. Diz que “liberdade de iniciativa” pressupõe o direito à propriedade, estendendo este direito para a liberdade de empreendimento, de filiação a partidos políticos ou associações, liberdade de escolha de profissão e decisão de investimentos, entre outros. A questão a ser colocada é que toda a “liberdade de iniciativa” que Maksoud sustenta que não é “liberdade econômica”, está presa aos limites da própria economia conforme a definição do conceito no editorial. Não é citado no trecho a liberdade política e da defesa de ideias plurais nos campos sociais, culturais e de direitos. O enfoque é a defesa da propriedade privada, dos lucros, dos negócios, dos investimentos e da empresa. Até quando Henry Maksoud escreve sobre a liberdade de escolha da profissão e do trabalho é conflitante, pois em uma sociedade desigual como a brasileira, tanto em 1980 quanto atualmente, as pessoas não dispõem de livre escolha para sua atividade profissional, muito poucos conseguem esse privilégio. Com a escassez de emprego e de renda das classes trabalhadoras, muitas pessoas aproveitam o emprego que aparece, sem se dar ao luxo de escolher.

Prosseguindo com o editorial, Henry Maksoud expõe os sindicatos como limitadores da “livre iniciativa”:

Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação para, pacificamente e dentro da lei, debater, zelar e buscar proteção de seus interesses econômicos e profissionais. Ninguém, entretanto pode ser obrigado a filiar-se a qualquer tipo de associação e todo

indivíduo tem o direito de liberar-se de qualquer domínio sindicalista ou qualquer movimento coletivista restritivo ou monopolista que possa sacrificar seriamente sua liberdade individual (MAKSOUND, 1981, p. 26-27).

Os sindicatos são um empecilho para as hegemonias, enquanto compõe forças de resistências no campo do trabalho. Contrariando a vontade de empresários como Henry Maksoud, de oferecer remunerações baixas aos seus trabalhadores, os sindicatos promovem coalizões que buscam equalizar as forças de negociação entre empregadores e empregados. Não só dos salários, também melhores condições de trabalho, como carga horária adequada e instalações salubres. Após o ataque aos sindicatos, em editorial do dia 14 de abril de 1980, Maksoud expõe o outro inimigo da livre iniciativa, o intervencionismo do governo:

É flagrante o paradoxo político quando a pregação da moda insiste na defesa dos direitos humanos, porém simultaneamente despreza a individualidade. Nesse ambiente, o dirigismo e o centralismo são postulados contra a ação espontânea do mercado. Prega-se com veemência a liberdade de expressão, de pensamento e de religião, mas se condena furiosamente a ideia de que os indivíduos possam agir, fazer coisas, com sua mente livre: liberdade intelectual, sim; liberdade de iniciativa, não! (MAKSOUND, 1981, p. 46).

Contrapõe direitos humanos e individualidade. Compreensível esta distinção, considerando que os direitos humanos buscam atender o conjunto enquanto a individualidade despreza o amparado coletivo. São valores opostos. A segunda contraposição é entre dirigismo ou centralismo contra ação espontânea do mercado. Mais uma vez Maksoud constrói uma narrativa vitimista onde o livre mercado ou os valores do capitalismo são sufocados por uma espécie de coletivismo que era soberano nos governos, o qual limava a boa vontade do capital privado. O terceiro elemento citado por Maksoud é a defesa da liberdade de expressão, de pensamento e de religião como permitidas, mas quando se fala em “liberdade de iniciativa” não é permitido. Interessante é que o capital de Henry Maksoud só prosperou neste período em que o “socialismo” estava disfarçado nas ações do governo limando os empresários. Cabe lembrar que a Hidroservice, fundada da década de 1950, atingiu o *status* de empresa multinacional e os negócios de Henry Maksoud se diversificaram, sem nenhuma trava institucional.

Concluo esta seção com a reflexão de que a “liberdade de iniciativa” é uma liberdade apropriada para as hegemonias continuarem operando seu domínio econômico. Pensar a “liberdade de iniciativa” para os dominados é incompatível com a noção de coletivo e de ampliação dos direitos sociais, pois o conceito é limitado ao aspecto econômico dos grupos empresariais

hegemônicos. As hegemonias capitalistas não precisam do Estado e seus serviços: eles podem conseguir privadamente, excluindo o apoio a qualquer forma de gastos do governo em questões como saúde, educação, moradia e direitos trabalhistas. A “liberdade de iniciativa” debatida por Henry Maksoud é a liberdade da ampliação do capital privado, sem as resistências sociais que podem vir tanto de um governo progressista ou social-democrata, quanto da organização das camadas populares.

Conclusão

O artigo investigou o posicionamento ideológico da revista *Visão* em seus editoriais escritos por Henry Maksoud no recorte temporal dos anos de 1980 e 1981. Os anos para análise foram estrategicamente escolhidos por três motivos. O primeiro considera que, seis anos após a compra da revista por Henry Maksoud, suas linhas ideológicas estavam consolidadas. O segundo motivo deve-se ao avanço das discussões a respeito da reabertura política, campanha empresarial antiestatal e idealização de um novo projeto nacional com o desgaste da ditadura civil-militar. O terceiro motivo avança sobre a influência de Hayek no pensamento de Henry Maksoud, considerando que o economista austríaco já havia feito duas visitas ao Brasil convidado pelo próprio Maksoud. Esses três elementos, além de servirem para reforçar a escolha do recorte temporal do artigo, colaboram para a discussão a respeito do conceito de “liberdade” e “liberdade de iniciativa” para a revista *Visão*.

A partir da análise das fontes foi possível observar a apologia ao pensamento de Friedrich A. von Hayek, em que Henry Maksoud reproduzia os argumentos do economista em seus editoriais. Toda a estrutura da narrativa de Henry Maksoud não estava amparada na linha do liberalismo clássico por ele proclamado, mas sim, nas premissas teóricas de Hayek. Com base nesta percepção trouxe no início da segunda e da terceira seções os trechos escritos por Hayek que se ligavam com a argumentação do editorial de Henry Maksoud. Com isso, o elo ideológico de Maksoud com o conceito defendido de “liberdade” reflete o pensamento de Hayek onde a liberdade econômica está acima das outras liberdades. Tanto o termo “liberdade” quanto “liberdade de iniciativa” discorriam no sentido da perpetuação das hegemonias econômicas representadas pelo capital privado, sobretudo na figura de grandes empresários. A questão não é uma defesa apaixonada de uma

ideologia econômica pró-livre mercado e contra a intervenção estatal na economia, mas sim o rompimento de qualquer amarra que impeça que as hegemonias mantenham ou ampliem seu poder econômico.

Realizadas essas considerações, finalizo com o argumento de que Henry Maksoud usava sua revista não como um espaço para divulgação do modelo econômico neoliberal pensado como um projeto de sociedade, mas como um modelo que sustentaria os privilégios do grupo econômico em que ele estava incluído. Maksoud não pensava a liberdade de iniciativa para os trabalhadores, como era defendido em seu editorial, ele percebia a retirada do Estado das questões sociais e da economia como um espaço de crescimento de seus negócios, sem o avanço estatal em áreas em que ele poderia lucrar. No fim, a “liberdade de iniciativa” que ele defendia para todos, era na verdade a “liberdade de iniciativa” para ele e seus pares aumentarem seus lucros e capitais, reforçando um discurso de “liberalismo de conveniência”, ou seja, o liberalismo só é válido quando reforça os interesses dos negócios de Henry Maksoud.

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOBB, Maurice; HILTON, Rodney; SWEEZY, Paul; KATAHASHI, Kohashiro; LEFEBVRE, Georges; HILL, Christopher; PROCACCI, Giuliano; HOBBSAWN, Eric; MERRINGTON, John. *Transição do feudalismo para o capitalismo*. Trad. Isabel Didonnet. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GALBRAITH, John Kenneth. *A economia e o objetivo público*. Trad. Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Martins, 1975.

CEZAR JUNIOR, Gervásio. *Revista Visão: ação partidária e disputas de projetos hegemônicos na década de 1970*. In: Anais do X Encontro Estadual de História - ANPUH-RS: O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, 2010, Santa Maria - RS.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. V.2. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Trad. Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

_____. *Os fundamentos da liberdade*. Trad. Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*. Trad. Janaína Marcoantonio e Mariane Janikian. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 2010.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Trad. Waltensir Dutra. 12ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Trad. André Arruda Villela. 3ªed. São Paulo: Elsevier, 2013.

MAKSOUD, Henry. *Ensaio sobre a liberdade*. São Paulo: Editora Visão, 1981.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. Trad. Laboratório de tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.